

ECONOMIA BRASILEIRA MELHORA A CADA ANO, MAS MUDANÇAS RÁPIDAS CONTINUAM NECESSÁRIAS

MIGUEL JORGE

Recentes estatísticas, pesquisas e levantamentos relativos a este ano mostram o Brasil entre as nações com os maiores avanços em competitividade. O último, do Instituto de Administração de Lausanne, na Suíça, que define competitividade como "a habilidade de um país criar valor agregado e aumentar sua riqueza", coloca-nos no 33º lugar no ranking mundial de competitividade (fomos o 44º em 1993 e 37º ano passado).

Analisando a economia de 26 países da OCDE e de 20 países emergentes, o relatório *World Competitiveness Year Book 1997* afirma que a economia brasileira melhora a cada ano, mesmo com os impactos negativos da infraestrutura e das finanças. No mês passado, o Banco Mundial advertia que, para ser competitivo e moderno, o Brasil precisaria investir pelo menos US\$ 28 bilhões anuais em infraestrutura ao longo dos próximos dez anos.

Muitos chegaram a atribuir essa melhoria no ranking apenas à abertura comercial, fator vital para a modernização, dependendo de seu timing e da intensidade. No entanto, ela decorreu de vários fatores somados.

Partindo de 1993, o instituto suíço considera que o Brasil tem evoluído de modo consistente na economia interna (do 45º lugar para 25º), governo (34º para 16º), ciência e tecnologia (46º para 36º) e administração (41º para 29º). Trata-se de prova cabal contra o argu-

mento de que só se obtém competitividade abrindo-se o mercado interno, pois, na verdade, o aumento dos investimentos e a estabilização são os grandes responsáveis pelas mudanças.

Com mais investimentos, a economia desregulamentada, o avanço das privatizações e uma economia estável, cresceram a produtividade e a competitividade, num processo obviamente lento por causa de sua defasagem.

Esse ranking mostra que, em termos de competitividade econômica, os grandes países são os que conseguiram compatibilizar desregulamentação do mercado com preocupações sociais.

Nesse aspecto, os exemplos de competitividade são os Estados Unidos, "mais competitivos que nunca", seguidos de Cingapura, enquanto a Holanda aparece como um novo modelo, até por usar um es-

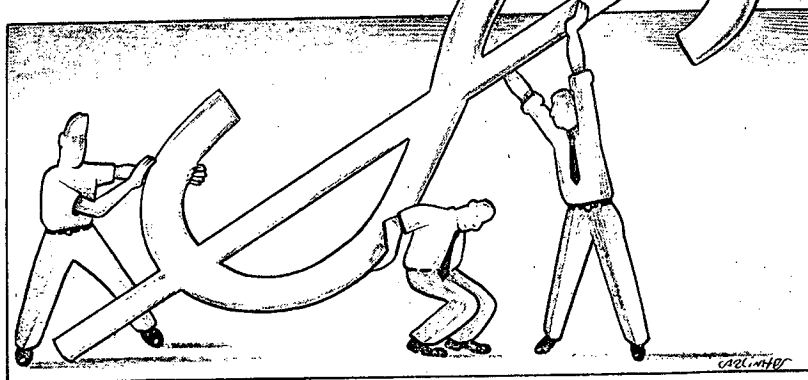
quema de trabalho em tempo parcial, redução de jornada, etc. Em contrapartida, o estudo diz que a Alemanha perde competitividade exatamente pela rigidez das suas leis trabalhistas.

Portanto, queira ou não o crônico mal-humorado e economista Rudiger Dornbusche, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), para quem "o país do Real está em férias", o Brasil vai no rumo certo, embora deva se mover mais depressa.

Mas, entre os fatos positivos, não se pode esquecer os que punem nossas exportações, os quais são causados pela falta de investimentos públicos em infraestrutura, pelos altos

25 JUN 1997

ESTADO DE SÃO PAULO



custos sistêmicos da economia (custo Brasil) e pelo atraso das reformas estruturais.

O Instituto de Administração de Lausanne indica que o Brasil era o 40º em competitividade no setor de infraestrutura em 1993 e caiu para 41º em 1997 — quer dizer, parte melhorou e parte piorou.

Para ser mais competitivo, são necessários investimentos maciços em energia elétrica — cerca de US\$ 14 bilhões/ano — e em telecomunicações — US\$ 3,4 bilhões/ano —, e isso apenas para manter-se em dia com o desenvolvimento. Nos transportes, a infraestrutura portuária é a mais prejudicial para a competitividade brasileira — sua ineficiência é até uma das responsáveis por parte do déficit da balança comercial.

Em janeiro de 1997, preocupado com o crescimento do déficit e com a criação de empregos, o governo decidiu tomar medidas urgentes em 15 setores da economia para que se pudesse modernizar a produção.

Recentemente, em nova tentativa de reequilibrar a balança comercial, anunciou-se que quatro setores produtivos de

alta densidade tecnológica teriam prioridade para melhoria de competitividade.

Para cumprir essas metas num prazo que permita recuperar a defasagem que separa o Brasil das nações desenvolvidas, será também preciso remover as muitas barreiras aos produtos brasileiros no exterior. O governo já acordou para isso e começa a lutar para que se abram mercados que, até agora, ainda estão muito fechados para nossas exportações, apesar dos discursos supostamente liberais de muitos países que, na verdade, são protecionistas.

Mas, antes de tudo, será mais que necessária a aprovação das reformas estruturais, que haja consciência de que a atual Constituição não facilita, mas engessa muitas mudanças, e que os brasileiros, sem exceção, devem lutar pelo processo de renovação dos usos e costumes nacionais.

Só então será viável que o País entre a fundo no processo de globalização.

■ Miguel Jorge, jornalista, é vice-presidente de Recursos Humanos e Assuntos Corporativos da Volkswagen do Brasil